



CRÉDITO: PT ALESP

GOVERNO DE SP DETONA O SERVIÇO PÚBLICO EM APENAS TRÊS ANOS

Há anos, as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público do estado de São Paulo estão sofrendo inúmeros ataques do governo estadual, com perdas de direitos e benefícios, e sucateamento da infraestrutura dos serviços prestados à população. Esse processo de desmonte, no entanto, foi acentuado na gestão atual.

Para ser ter uma ideia, nos quase três anos de governo de João Doria Jr., foi aprovada a reforma da previdência, que aumentou a alíquota de contribuição do funcionalismo público; foi publicado um decreto (65.021/20), instituindo descontos de até 16% nas aposentadorias e pensões sempre que o estado declarar *déficit* nas contas públicas, como aconteceu em julho do ano passado; duas reformas administrativas – a Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, que acabou com a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e aumentou o convênio do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Iamspe); e, mais recentemente, a Lei 1.361, de 21 de outubro de 2021, que passa o trator em uma série de direitos do funcionalismo público, como será descrito ao longo desta edição do **Jornal SindSaúde-SP**.

Contra essas medidas, o Sindicato realizou uma série de mobilizações, como você vai poder ver nesta edição do jornal. Durante a votação da reforma da previdência na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em março do ano passado, por exemplo, os(as) dirigentes da entidade foram recebidos(as) com bomba de gás lacrimogênio e balas de borracha.

Foram realizadas assembleias, manifestações,

além de publicações em nosso *site* e redes sociais a respeito desses projetos. O Sindicato também ingressou na Justiça contra o desconto dos(as) aposentados(as).

O SindSaúde-SP fez o que pôde para que os projetos fossem retirados da pauta ou rejeitados pelos(as) deputados(as). Mas, infelizmente, as ações não foram suficientes para barrar o avanço das propostas.

PROJETO DE DESMONTE TEVE AJUDA DE DEPUTADOS(AS)

Foi difícil para o SindSaúde-SP lutar contra a velha política que vigora na Alesp. O governo do estado só conseguiu dar cabo de seu plano de desmantelamento de direitos porque teve apoio de deputadas e deputados.

No *site* do SindSaúde-SP, você, trabalhador(a) da saúde, pode consultar a lista daqueles(as) que votaram contra o funcionalismo público, contribuindo para precarizar ainda mais o seu emprego.

Nesta edição, você vai entender por que é importante escolher bem quais políticos devem ter uma cadeira no Legislativo durante as eleições. Afinal, são os(as) parlamentares que propõem e votam as leis que impactarão toda a sociedade.

Lembrando que, em 2022, haverá eleições para presidente, governo do estado, Senado e parlamentos estaduais e federal.

Fique de olho para não deixar voltar quem vota contra o(a) trabalhador(a)!



Cléo Ribeiro

Palavra da presidenta

Queridos companheiros e companheiras da saúde,

*Estamos finalizando o segundo ano de pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo, um 2021 repleto de desafios, principalmente aos profissionais de saúde. Nesta edição do **Jornal SindSaúde-SP**, trazemos um apinhado do que foram os anos sob a gestão do atual governo do estado, que jogou a pá de cal sobre o funcionalismo público ao aprovar a segunda reforma administrativa (Lei 1.361, de 21 de outubro de 2021), acabando com uma série de direitos duramente conquistados.*

Por essa razão, quero deixar uma mensagem muito importante a todos(as) vocês: no próximo ano, teremos eleições presidenciais, para o governo do estado, Senado e parlamentos, e é muito importante que vocês prestem atenção em quem vão votar. Nós não podemos permitir que aqueles(as) que votam contra o funcionalismo público se reelejem para continuarem votando contra nós.

O SindSaúde-SP lutou muito, muito mesmo para barrar todos os projetos contra nós, profissionais de saúde. Mas é muito difícil lutar contra o “toma lá dá cá” da velha política deste país. Então, vamos fazer valer os nossos votos, não deixando voltar – nem entrar – quem é contra os(as) trabalhadores(as) e o serviço público de qualidade.

PL do Calote

João Doria Jr. assumiu o governo em janeiro de 2019 e potencializou a política privatista do PSDB, seu partido. Em seu primeiro ano de governo, ele deixou de executar, por exemplo, mais de R\$ 650 milhões da Saúde. Ao mesmo tempo, argumentou que não havia orçamento e que queria reduzir os gastos estaduais. Para isso, apresentou o Projeto de Lei 899 (Lei 17.205, de novembro de 2019) para não pagar precatórios – o famigerado PL do Calote.

Na ocasião, o SindSaúde-SP produziu ofícios, que foram entregues a cada um dos 94 parlamentares, solicitando que votassem contra o projeto. Foram realizados diversos atos em frente à Alesp. Mas, como o governo tem maioria na assembleia, conseguiu aprovar o PL com 41 votos a favor e 40 contrários.

A lei reduziu o limite máximo das Obrigações de Pequeno Valor (OPV's) de R\$ 30.119,20 para R\$ 11.678,90, uma diminuição da ordem de 61,2%, resultando no verdadeiro calote do estado aos trabalhadores do serviço público. Os processos que ultrapassam esse valor máximo seguem para a fila dos precatórios, que está com mais de 17 anos de atraso.

Novembro de 2019



Março de 2020

Reforma da previdência

O governo não perdeu tempo e, apenas cinco dias após a aprovação do calote, enviou à Alesp os textos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18 e do Projeto de Lei Complementar (PLC) 80, que alteraram o Regime de Previdência Estadual (agora, EC nº 49 e Lei Complementar 1.354, de 6 de março de 2020).

Foram quatro meses de duros embates contra o governo. Os(as) trabalhadores(as) realizaram diversos atos, mobilizações nos locais de trabalho, denúncias na imprensa (que, mais uma vez, ignorou seus apelos), além de negociações com os(as) parlamentares, que incluíram centenas de propostas de emendas aos textos.

Os(as) trabalhadores(as) tomaram os corredores da Alesp, lotaram o plenário Juscelino Kubistchek e não arredaram pé nem mesmo quando o então presidente da casa, Cauê Macris, também do PSDB, mandou a polícia militar – que também sofreu com inúmeras perdas –, “dispersar” os manifestantes.

Vários diretores do SindSaúde-SP e funcionários(as) públicos(as) foram agredidos com cassetetes, balas de borracha e passaram mal devido às bombas de efeito moral lançadas contra eles(elas).

Apesar de toda a resistência do funcionalismo público, o projeto foi aprovado (*confira ao lado as perdas*), afetando trabalhadores(as) da ativa, além de aposentados e pensionistas.

O Sindicato entrou na Justiça contra o desconto dos aposentados e ainda aguarda o resultado.

Perdas com a reforma da previdência:

- ❑ Aumento da contribuição dos aposentados para 16% (para benefícios acima do teto do Regime Geral da Previdência Social).
- ❑ Em caso de declaração de *déficit* atuarial (ocorre desde junho de 2020), o desconto dos aposentados pode variar entre 11% e 16%.
- ❑ Obrigou as mulheres a contribuir por mais 10 anos para ter o valor integral da aposentadoria (subiu de 30 para 40 anos), sem contar a idade mínima de 62 anos para ter direito ao benefício. Os homens têm que trabalhar até os 65 anos.
- ❑ O governo do estado praticamente acabou com a aposentadoria especial, afetando especialmente os(as) trabalhadores(as) da saúde. Antes da reforma, não era exigida idade mínima. Depois, passou a ser obrigatório ter 60 anos completos. O tempo de contribuição de insalubridade era de 25 anos, sendo 10 no serviço público. Esta última exigência aumentou para 20 anos.
- ❑ A reforma também reduziu o valor das aposentadorias. Para o cálculo da aposentadoria, até mesmo os menores salários (pagos desde julho de 1994) passaram a ser considerados, reduzindo ainda mais o valor a ser recebido.

Celetistas

Trabalhadoras e trabalhadores da Administração Indireta e aqueles(as) sob o regime CLT que atuam na saúde foram prejudicados com a reforma da previdência federal, que foi promulgada em novembro de 2019. Essa reforma ampliou as faixas de contribuição, que variam de 7,5% a 14% (antes, as três faixas variavam de 8% a 11%). Além disso, a idade mínima para as mulheres se aposentarem passou para 62 anos e no mínimo 15 de contribuição; e de 65 anos para os homens e 20 de contribuição. Assim como na reforma estadual, também houve redução do valor que será pago no benefício das aposentadorias.



Outubro de 2020



Primeira reforma administrativa

A Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020 (Projeto de Lei 529), extinguiu a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e, até o momento, os trabalhadores e as trabalhadoras sofrem com a incerteza sobre se terão seus empregos garantidos. No fim de setembro, o governo prorrogou por mais 180 dias o prazo para concluir a extinção.

O projeto de dismantelamento da Sucen, no entanto, começou antes. Em 2019, não foram executados R\$ 13,7 milhões de seu orçamento e, em 2020, esse montante foi de R\$ 12 milhões. Enquanto isso, os(as) trabalhadores(as) lidavam com estruturas ruins e viaturas quebradas, entre outros problemas.

No mesmo projeto, o governo também implementou o aumento da alíquota do Instituto de Assistência Médica ao Servidor

Público Estadual (Iamspe), arrojando ainda mais os salários.

A lei também permite que o governo do estado venda áreas públicas para a iniciativa privada. Foi o que quase aconteceu com o Hospital Infantil Darcy Vargas. Uma notícia de que o hospital seria retirado do local onde está hoje, no Morumbi, gerou uma forte mobilização de funcionários, pacientes e da comunidade local, organizados pelo SindSaúde-SP. Graças à mobilização, a direção do hospital garantiu que a unidade permaneça onde está.

O PL 529 recebeu 630 emendas parlamentares, além de várias moções de repúdio enviadas por câmaras de vereadores de todo o estado e entidades.

O SindSaúde-SP também se mobilizou fortemente contra o projeto.



Outubro de 2021

Segunda reforma administrativa

O mais recente ataque é a Lei 1.361, de 21 de outubro de 2021 (antes Projeto de Lei Complementar – PLC 26), que acabou, por exemplo, com o reajuste automático anual do adicional de insalubridade e reduziu o limite de faltas que provoca perda do cargo (exoneração).

A lei institui também ajuste de conduta aplicável pelo superior; acaba com a falta abonada; cria critérios mais rígidos para concessão de abono salarial, que pode ou não ser pago, pois depende de orçamento; e a correção anual automática do adicional de insalubridade.

O SindSaúde-SP, ao lado de outras entidades representantes do funcionalismo público, realizou ao menos cinco atos contra o projeto. Além disso, o Sindicato preparou uma carta na qual relatava todo o impacto que o projeto traria ao funcionalismo público, e a entregou a cada um dos deputados e deputadas. Infelizmente e, mais uma vez, a velha política venceu.

TRABALHADORAS(ES) DO IAMSPE ENFRENTAM SOBRECARGA E DESVALORIZAÇÃO SALARIAL



O Iamspe perdeu 1.199 trabalhadoras(es) nos últimos cinco anos, enquanto apenas 585 foram admitidos. Com base nesses dados, o *déficit* é de 614 trabalhadores, mas se levar em consideração a alta demanda dos cerca de 1,5 milhão de pessoas credenciadas, esse número é muito maior. O gargalo no quadro de trabalhadores ameaça o pleno funcionamento do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE). Faltam mais de 350 médicos no Iamspe, sendo que, há 12 meses, só no HSPE faltavam 238.

Essa realidade tem deteriorado e sucateado serviços médicos, de enfermagem, laboratoriais e de imagem, com a consequente terceirização desses serviços, até então realizados pelo HSPE.

A debandada dos trabalhadores pode ser explicada, em parte, pela extrema defasagem salarial.

Por conta da atual conjuntura, a falta de pessoal está insustentável, pois há insuficiência nos atendimentos em vários serviços hospitalares, havendo filas de cirurgias superiores a um ano, inclusive para câncer; espera para consultas especializadas superiores a três meses; exames complementares que foram desativados, e ameaça à sobrevivência de alguns serviços, por exemplo, a cardiologia.

É importante destacar que, desde que a Lei

17.293, de 15 de outubro de 2020, está em vigor, os trabalhadores tiveram seus salários confiscados pelo governo para financiar praticamente sozinhos o instituto, tendo em vista que a dotação anual é de R\$ 1.618.058.468,00, oriunda de seus bolsos, enquanto a participação do tesouro do estado é de apenas R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). Todo esse cenário impõe a contratação imediata de profissionais de saúde por concurso público.

Por isso, os(as) trabalhadores(as) do Iamspe querem melhoria no atendimento para todos, melhores condições de trabalho e salariais para os profissionais que nele atuam, além da abertura de concurso público para a contratação de novos profissionais.

As entidades do Iamspe apoiam a criação do conselho deliberativo/administrativo para a instituição, com participação dos servidores públicos nele, e adoção de sistema de remuneração próprio, estabelecido em plano de classificação de funções, conforme manda o artigo 25, do Decreto-Lei 257.

Para exigir essas e outras mudanças, estão sendo realizados diversos atos em defesa do pleno funcionamento do instituto, como aconteceu nos dias 4 de outubro e 25 de novembro.

CAMPANHA ANTISSINDICAL DA ISP TEM APOIO DE QUASE 5 MIL SINDICATOS



A Internacional dos Serviços Públicos (ISP), sindicato internacional ao qual o SindSaúde-SP é filiado, lançou, em 10 de junho deste ano, a campanha mundial “Basta de práticas antissindicalistas contra os trabalhadores da saúde!”, que já teve apoio de 4.827

entidades até 18 de novembro.

A campanha foi lançada para reivindicar a reversão da prática antissindical do governo do estado de São Paulo contra os diretores do SindSaúde-SP Marilurdes Silva de Faria e Edson Fedelino, da Região de Ribeirão Preto.

Eles foram punidos injustamente com suspensão de 30 dias, incluindo seus salários, pela Secretaria de Estado da Saúde, após terem denunciado a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e insumos no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, logo no começo da pandemia de Covid-19. Até hoje o governo do estado não se retratou.

UNI GLOBAL APOIA SINDSAÚDE-SP

A UNI Global, sindicato internacional ao qual o SindSaúde-SP é filiado, encaminhou ofício ao secretário de Saúde do estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn, em 2 de agosto deste ano, em apoio ao pedido de audiência feito pelo SindSaúde-SP ao secretário, para discutir demandas das trabalhadoras e trabalhadores da saúde.

Na carta assinada por Marcio Monzane, secretário regional da UNI Américas, braço sul-americano da UNI Global, a entidade internacional disse que “os profissionais de saúde desempenham um papel chave na proteção e manutenção da saúde da população” e que sentia ser “essencial iniciar esse diálogo, solicitado (pelo SindSaúde) desde que V. Exa. assumiu o cargo de secretário de Saúde”.

Secretaria de Imprensa e Comunicação

Secretário: Alexandre Senna
Coordenação: Adriana Cardoso
Jornalista: Nádia Machado
Revisão e Arte: Edson Cacciaguerra
Edição de Arte: Roberto Araujo